



portalbenews.com.br



INSIGHT Augusto Rocha: faltam estudos antes de intervir nos rios da Amazônia
▶ p3



COMUNICAÇÃO Competência sem visibilidade não chega ao mercado, afirma Clara Laface
▶ p19

Divulgação



Plano indígena referente à TI Marechal Rondon é protocolado na Funai e integra processo para liberar os 80 quilômetros finais da ferrovia ▶ p11

Divulgação



Portonave se prepara para ampliar operações com carne para o México

▶ p10

LOGÍSTICA Arauco recebe primeiros vagões para levar celulose do MS a Santos
▶ p12

ENERGIA Governo inclui no PAC obra de gasoduto de megaleilão de energia
▶ p15

COMÉRCIO EXTERIOR ApexBrasil escolhe Etiópia para instalar primeiro escritório na África
▶ p18

EDITORIAL

Adis Abeba: o Brasil chegou – agora precisa ficar

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) inaugurou, no último dia 2, seu primeiro escritório permanente no continente africano, em Adis Abeba. A escolha da Etiópia como sede não foi aleatória: o país é o segundo mais populoso da África, com 135 milhões de habitantes, capital da União Africana, hub de aviação continental com voo direto para São Paulo pela Ethiopian Airlines e porta de entrada para a Área de Livre Comércio Continental Africana, que reúne 54 países num mercado de mais de 1,4 bilhão de pessoas. A observação do embaixador Jandyr Ferreira dos Santos de que missões empresariais são importantes, mas a presença permanente cria algo diferente, continuidade, é a frase que resume o que muda com essa inauguração. O Brasil tem enviado delegações à África há décadas; o que faltava era o escritório que permanece depois que o avião parte.

A pauta exportadora atual revela a extensão do que precisa mudar. As exportações brasileiras para a Etiópia são compostas em 97,4% por óleos combustíveis de petróleo, uma commodity de baixo valor agregado que não representa, em termos de competitividade, aquilo que o Brasil tem de mais sofisticado para oferecer. As 59 oportunidades de exportação identificadas pela ApexBrasil, máquinas e equipamentos, produtos químicos, materiais de construção, alimentos, manufaturados e um projeto específico para o etanol de cana, são os segmentos em que o Brasil compete com vantagem real e que o escritório de Adis Abeba deverá perseguir com a continuidade que missões eventuais não conseguem criar. A distância entre os 97% de combustível e a diversificação que a agência projeta é o trabalho dos próximos anos, e é exatamente para isso que um escritório permanente existe.

A convergência de estruturas brasileiras em Adis Abeba é um ativo que o País raramente consegue mobilizar de forma coordenada. A Embrapa já mantém presença institucional na capital etíope, assim como a Agência Brasileira de Cooperação. Com a chegada da ApexBrasil, o Brasil terá num único ponto geográfico pesquisa agropecuária, cooperação para o desenvolvimento e promoção comercial, três funções que, quando coordenadas, criam a proposição de valor que diferencia o engajamento brasileiro do engajamento de potências que chegam apenas com capital e contratos. A Etiópia tem interesse declarado em agronegócio, produção de café, sementes oleaginosas, pecuária, bioenergia e tecnologias limpas, exatamente os setores em que a Embrapa tem décadas de pesquisa aplicada a condições tropicais que nenhuma instituição europeia ou norte-americana consegue replicar com a mesma credibilidade.

Mas o maior risco do escritório de Adis Abeba não é a falta de oportunidade – as 59 identificadas pela ApexBrasil são verificáveis e o mercado etíope está em expansão. O maior risco é o padrão brasileiro de chegar com entusiasmo diplomático e partir antes de concluir o ciclo comercial. Missões empresariais que produzem memorandos de entendimento sem seguimento, projetos-piloto que não escalam e estruturas de promoção comercial que dependem de ciclos políticos para manter orçamento são os obstáculos que transformam presença em símbolo e não em negócio. O escritório de Adis Abeba precisa de mandato claro, metas de resultado verificáveis, como número de contratos fechados, volume exportado por segmento, investimentos atraídos, e continuidade que sobreviva às trocas de governo que afetarão tanto o Brasil quanto a Etiópia nos próximos anos.

A AfCFTA – o acordo de livre comércio continental africano – é o ativo estratégico que torna a escolha de Adis Abeba mais valiosa do que a soma de seus atributos individuais. Um escritório da ApexBrasil posicionado na capital da União Africana, em país signatário do maior acordo de livre comércio do mundo por número de países membros, pode funcionar como ponto de entrada para toda a África Oriental e, progressivamente, para o continente. A China, a Índia, a Turquia e os Emirados Árabes já descobriram esse potencial e têm presença comercial na África incomparavelmente maior do que o Brasil. O escritório de Adis Abeba não coloca o Brasil em pé de igualdade com esses competidores, mas é o primeiro passo para uma estratégia que, se sustentada com consistência, pode capturar parcela crescente de um continente que será, nas próximas décadas, o maior mercado emergente do planeta.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
11 Plano indígena avança e abre caminho para trecho final da Fico em MT

- EDITORIAL
- 2 Adis Abeba: o Brasil chegou – agora precisa ficar
- INSIGHT
- 3 “Na Amazônia, faltam diagnósticos antes das obras nas “hidrovias”, por Augusto Cesar Barreto Rocha
- HUB
- 4 Maersk projeta crescimento em operações no Brasil
- POLÍTICA
- 4 Quaest: Lula e Flávio empatam no 2º turno: 41%
- 6 Lula celebra feitos pela Educação com Dilma e cutuca antecessores
- 7 Flávio se compara ao seu pai em “disputa de peito aberto”
- 8 Renan diz que ascensão de Cury é ‘covardia’ e ‘ciclo de rivotril’
- STF: Zema diz confiar em Cármen Lúcia
- TRANSPORTES | PORTOS
- 9 Paranaguá vira referência para novos modelos de concessão de canais portuários
- 10 Portonave se prepara para ampliar operações com carne para o México
- TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO
- 10 Canal do Panamá reduz trânsito de navios e limita calado
- LOGÍSTICA
- 12 Arauco recebe primeiros vagões para levar celulose do MS a Santos
- Amazon e ID Logistics inauguram centro de distribuição no Paraná
- INDÚSTRIA NAVAL
- 13 Japão inicia plano bilionário para recuperar capacidade da indústria naval
- BRASIL EXPORT
- 14 Sul Export debate financiamento verde e corredores logísticos sustentáveis
- ENERGIA
- 15 Governo inclui no PAC obra de gasoduto de megaleilão de energia
- PETRÓLEO E GÁS
- 16 Governo prevê R\$ 22,4 bi com leilão do pré-sal
- Petróleo sobe com tensão no Oriente Médio
- MINERAÇÃO
- 17 Justiça suspende licenças e paralisa operação de mina em MG
- Finep prorroga prazo de edital
- COMÉRCIO EXTERIOR
- 18 ApexBrasil escolhe Etiópia para instalar primeiro escritório na África
- COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO
- 19 “Ter valor não basta. Ele precisa chegar ao mercado”, por Clara Laface
- JUSTIÇA
- 20 Relatório usado por Moraes contra Mendonça não segue parâmetros
- INTERNACIONAL
- 21 UE reage às ameaças de Trump e anuncia ajuda para a Groenlândia
- Irã eleva o tom contra a Coreia do Sul



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor |Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





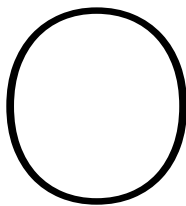
AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Na Amazônia, faltam diagnósticos antes das obras nas “hidrovias”



debate sobre a seca na Amazônia segue “seco” de propostas. As que existem são atiradas ao vento das ideias como se fossem soluções prontas para problemas não compreendidos. Fico com a impressão de que o que vemos são aproveitadores, tentando vender seus projetos, sem muita conexão com o problema. Há falta de calado no Rio Amazonas? Vende-se dragagem. Não importa se a dragagem resolve ou não. Outros vendem a taxa de seca. Não importa se há correlação entre o aumento de custo da operação e o que é cobrado, afinal abriu-se uma chance de cobrar mais caro e apenas de alguns. Outros ainda vendem a privatização do rio, chamando-a de concessão. Não importa se isso é a solução, afinal há um caminho para cobrar-se um pedágio.

O problema nem foi compreendido em toda a sua extensão, por ser um problema de alta complexidade e pouco dominado, mas cada um vai vendendo o que tem para vender, como ungentos para doenças. Muita solução para pouco diagnóstico. Muito jeito de transferir dinheiro da Amazônia para o exterior, para o Sudeste, para empresários, para impostos, e pouca ou nenhuma preocupação com os interesses da sociedade da Amazônia. Pouco ou nenhum interesse para o que pensam os índios, os ribeirinhos ou os moradores locais. Há um impor de agenda por aqueles que detêm o poder do capital, dos cargos executivos multinacionais ou nacionais. Em meio a isto, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente informou, na semana passada, que o planeta ultrapassará o 1,5°C de aquecimento acima do nível pré-industrial “provavelmente nos próximos anos”.

Por aqui, há conversas, mas não há escutas. Há prescrições sem diagnósticos. Quando muito, há diagnósticos apressados e recorrentes, conectados com outros problemas de outras realidades. Por isso no Norte do Brasil, não há hidrovias. O que existe é uma abundância de rios, com trânsito expressivo de

embarcações por estas “hidrovias”, assim entre aspas, porque não são hidrovias verdadeiras. São caminhos da natureza que permitem o trânsito da economia na Amazônia, enquanto há um ignorar de necessidades. A preocupação surge apenas no sentido de buscar oportunidades para o capital e pouco para enfrentar o problema pela perspectiva das necessidades das pessoas.

Até quando seguiremos neste modelo? Em um mundo que aquece mais a cada dia, no Rio Amazonas, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) está alocando R\$ 92,8 milhões, movendo 1,8 milhões de metros cúbicos, em um trecho de aproximadamente 200 km. Sigo sem acreditar que esta solução é apropriada. Não consigo perceber estudos publicados e revisados por pares que demonstrem a efetividade ou viabilidade. Estudos técnicos mais profundos seriam muito mais baratos, mas não são feitos. Mais baratos? Sim. Há propostas que custam cerca de R\$ 30 milhões para o ciclo de cinco anos, que levaria a uma compreensão do problema, antes da ação que apresenta impactos e custos. Mas, mesmo assim, seguimos fazendo obras de grande impacto para um efeito incerto e, muito provavelmente, nulo na solução da causa do problema.

A boa-vontade está na fala das pessoas, mas as ações seguem erradas para a Amazônia. Seguimos com a gestão de Brasília a ignorar a Amazônia. Seguimos com empresas cobrando taxas da seca. Seguimos com o Custo Amazônia se empilhando ao Custo Brasil. Falta pensar para agir. O calor das redes sociais está invadindo a política e a gestão. Precisaremos repensar a forma de conceber o Estado, para que a institucionalidade não se perca na emoção da ação rápida, onde os marcos de democracia se perdem. O problema de distanciamento da política pública da sociedade anda, hoje em dia, distante em muitas dimensões. Também na dimensão da seca de ideias e de ideais para as “hidrovias”.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras

NO NORTE DO BRASIL, NÃO HÁ HIDROVIAS. O QUE EXISTE É UMA ABUNDÂNCIA DE RIOS, COM TRÂNSITO EXPRESSIVO DE EMBARCAÇÕES POR ESTAS “HIDROVIAS”, ASSIM ENTRE ASPAS, PORQUE NÃO SÃO HIDROVIAS VERDADEIRAS. SÃO CAMINHOS DA NATUREZA QUE PERMITEM O TRÂNSITO DA ECONOMIA NA AMAZÔNIA, ENQUANTO HÁ UM IGNORAR DE NECESSIDADES

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@rededebenewscom.br

Maersk: crescimento nas operações brasileiras

A armadora Maersk, uma das principais do mercado global de transporte marítimo de contêineres, projeta um aumento de suas operações no Brasil neste ano, chegando a 1,15 milhão de contêineres movimentados. A expectativa foi destacada na última semana pelo presidente da Maersk para a Costa Leste da América do Sul, Ricardo Rocha. Segundo o executivo, esse crescimento ocorrerá mesmo diante de um cenário internacional adverso marcado por barreiras comerciais, tarifas alfandegárias norte-americanas, cotas sanitárias na China e na União Europeia e restrições operacionais decorrentes da seca no Norte.

Verticalização

A chave para contornar as oscilações do comércio exterior, explica Ricardo Rocha, reside na transição da Maersk de uma tradicional armadora “porto a porto” para uma operadora logística integradora de ponta a ponta (“door-to-door”), controlando navios, caminhões, despachos aduaneiros, depósitos de vazios e centros de distribuição refrigerada. Um dos principais pontos dessa estratégia é o recém-inaugurado terminal de contêineres da empresa em Suape (PE), um investimento de R\$ 2 bilhões.

O desafio do custo

Para Rocha, o maior desafio para o crescimento das atividades portuárias no Brasil é o custo dessas operações, associado à necessidade de ampliação da capacidade de movimentação de cargas dessas instalações. “O Brasil precisa baratear e dar escala à sua logística. O Porto de Santos, maior da América Latina, tem apenas um terminal com conexão direta à rede ferroviária. No inverno, com mar agitado e neblina, quase todos os portos operam com 90% a 95% da capacidade, quando o padrão mundial recomenda operar a 80% para ter 20% de margem de manobra”, alertou.

Alta no QAV

A Petrobras aplicou um reajuste médio de 13,9% no preço do querosene de aviação (QAV), neste início de mês. O encarecimento do insumo representa uma elevação média de R\$ 0,68 por litro e reflete as tensões geopolíticas no Oriente Médio sobre a cadeia global de suprimentos e as cotações internacionais do petróleo. Com o novo reajuste, o combustível passou a ser negociado nas refinarias da estatal com valores entre R\$ 5,44 e R\$ 5,70 por litro, registrando variações regionais que vão de 13,51% em Canoas (RS) até 14,34% em São Luís (MA). Desde o início do ano, a escalada do insumo acumula alta de 53,3%, acumulando um acréscimo de R\$ 1,94 por litro.

Quaest: Lula e Flávio empatam no 2º turno: 41%

No 1º turno, petista lidera com 36% contra 29% do seu principal adversário. Augusto Cury oscilou para baixo

Reprodução



Para 32% dos entrevistados, o melhor que poderia ocorrer ao Brasil seria a vitória de Lula, enquanto 24% disseram ser a eleição de Flávio Bolsonaro

Estadão Conteúdo	
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) continuam à frente dos demais candidatos na mais recente pesquisa Quaest de intenção de voto no primeiro turno da eleição presidencial. Segundo levantamento divulgado pelo instituto nesta segunda-feira, 7, eles têm 36% e 29% das menções, respectivamente. No segundo turno, os dois estão empatados, cada um com 41% das intenções de voto.	No primeiro turno da pesquisa divulgada na semana passada - antes dos embates entre os ministros da Corte André Mendonça e Alexandre de Moraes -, Lula tinha 37% das intenções de voto, contra 30% de Flávio. Ou seja, ambos oscilaram para baixo, dentro da margem de erro.
	1%. Os demais nomes não pontuaram. Nesse cenário, os indecisos são 9%, e os votos brancos ou nulos, 8%.
Augusto Cury (Avante) oscilou para baixo, dentro da margem de erro, em relação à última rodada da pesquisa e agora registra 8% das intenções de voto no primeiro turno, ante 10% na semana passada.	Melhor para o Brasil
	Para 32% dos eleitores entrevistados pela pesquisa Quaest, o melhor que poderia ocorrer ao Brasil seria a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra o senador Flávio Bolsonaro (RJ), seu rival do PL. Já para 24%, o melhor cenário seria Flávio ganhar de Lula.
O levantamento da Quaest foi realizado entre quinta-feira, 3, e domingo, 6 de setembro, ou seja, em meio à crise que se instalou no Supremo Tribunal Federal (STF).	Os que consideram que o melhor seria um candidato outsider e de fora da polarização vencer a eleição presidencial somam 20%. Outros 17% defendem a vitória de um presidente da República moderado. Não sabem/não responderam 7%.
	A Quaest fez 2.004 entrevistas a domicílio com brasileiros de 16 anos ou mais entre os dias 3 e 6 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o nível de confiança, de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BR-01720/2026.
Na pesquisa divulgada neste feriado de 7 de Setembro, Marçal tem 1% de menções. Renan Santos (Missão) aparece com 3%, enquanto Ronaldo Caiado (PSD) tem 3%, Romeu Zema (Novo), 2%, e Samara Martins (UP),	Outros
	Os dados do primeiro turno referem-se à simulação que inclui o ex-coach Pablo Marçal (PRTB), que registrou candidatura, mas está inelegível.

SUL EXPORT 2026

17 e 18 setembro

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

TEMAS EM DEBATE:



Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul



Multimodalidade e conectividade no setor de transportes



Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil



Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Transmissão ao vivo e gratuita pelo canal da TV BE News



FOZ DO IGUAÇU - PR
BOURBON THERMAS
ECO RESORT

www.forumbrasilexport.com.br

**SUL
EXPORT**
FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

POLÍTICA

Lula celebra feitos pela Educação com Dilma e cutuca antecessores

Presidente diz que o investimento no setor é essencial para o desenvolvimento, e que os governos do PT fizeram em 15 anos o que outros governantes levaram 5 séculos para fazer

Estadão Conteúdo

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou no fim de semana que, em 15 anos, seus governos e os da ex-presidente Dilma

Rousseff fizeram na educação o equivalente ao que outros governos realizaram em cinco séculos.

Durante visita ao campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em São José do Rio Preto (SP), Lula afirmou ainda que, dos 58 institutos federais existentes no Estado de São Paulo, 40 foram feitos durante as gestões dele e de Dilma.

O presidente disse também que o governo pode acelerar a reforma da unidade para ampliar o número de estudan-

tes. “A gente pode fazer essa reforma mais rápido. Podemos garantir, já no Enem de 2027, que muito mais gente esteja aqui”, afirmou. Segundo Lula, o campus poderá chegar a mais de 2 mil alunos.

O campus de São José do Rio Preto foi criado oficialmente em maio de 2025 e integra a expansão das universidades federais prevista no Novo PAC. A unidade ofertou 90 vagas pelo SiSU em 2026, distribuídas entre três cursos de graduação.

Lula também criticou o

histórico do País na área. “Eu fico sempre pensando por que a elite brasileira nunca levou a educação a sério nesse país”, disse. Em seguida, afirmou que não existe nenhum país que tenha conseguido se desenvolver sem antes investir em educação.

Ao defender investimentos em educação e cultura, o presidente afirmou que a ausência dessas políticas deixa a população mais sujeita a ser conduzida por terceiros. “Está tratando o povo como se fosse gado, como se fosse um rebanho”, disse.

campanha indicam que o comício será realizado às 10h na Boca Maldita, no centro da capital paranaense. O ato deve reunir aliados do presidente no Estado, entre eles os candidatos ao Senado Gleisi Hoffmann (PT) e Dr. Rosinha (PT). A Boca Maldita também foi palco de ato de Lula durante a campanha presidencial de 2022. Segundo a organização, foi a maior mobilização eleitoral daquele ano em Curitiba.

Lula encerra o giro pelo Sul no domingo, 13, em Florianópolis. A visita foi confirmada pela coordenação nacional da campanha, mas horário, local e formato da atividade ainda não foram divulgados.

A expectativa é de que o compromisso reúna integrantes da chapa apoiada pelo PT em Santa Catarina, entre eles o candidato ao governo Gelson Merísio (PSB) e os candidatos ao Senado Afrânio Bopp (PSOL) e Décio Lima (PT).

A passagem será a primeira de Lula por Santa Catarina desde o início oficial da campanha. Durante o terceiro mandato, o presidente esteve no Estado em outras três oportunidades em agendas oficiais, incluindo compromissos em Florianópolis e Itajaí.

Giro pelo Sul

Lula fará um giro pelos três Estados da região Sul entre os dias 11 e 13 de setembro. A agenda eleitoral começa por Porto Alegre (RS), na sexta-feira, 11, segue para Curitiba (PR), no sábado, 12, e termina em Florianópolis (SC), no domingo, 13.

No Rio Grande do Sul, Lula fará comício no Largo Glênio Peres, no Centro Histórico de Porto Alegre, às 17h de sexta-feira. Será a primeira visita do petista ao Estado desde o início oficial da campanha eleitoral.

No sábado, 12, Lula segue para Curitiba. Informações preliminares da



Ricardo Stuckert

Nesta segunda-feira, Lula participou do desfile cívico-militar de 7 de setembro, em Brasília, com representantes do governo e dos poderes Judiciário e Legislativo

Desfile reúne representantes dos 3 Poderes

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) disse que 70 mil pessoas estiveram no desfile de 7 de Setembro que ocorreu na Esplanada dos Ministérios na manhã desta segunda-feira, 7, em Brasília.

O evento foi marcado pelo clima de campanha a partir de gritos de apoiadores que ocuparam as ar-

quibancadas montadas pela Esplanada dos Ministérios.

Antes da chegada de Lula, apoiadores presentes na Esplanada entoaram o canto “fim da 6x1”, em referência à proposta de emenda à Constituição que tramita no Senado Federal.

O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que já indicou que

não votará o texto antes das eleições, já estava no local.

Em meio à crise instalada no Supremo Tribunal Federal (STF), após o ministro André Mendonça derrubar o sigilo das investigações do envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com a investigação das fraudes bilionárias do Master, o

presidente da Corte, Edson Fachin, esteve presente na cerimônia.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, que também está envolto nas novas revelações do Master por suposta proteção ao banqueiro dono do Master, Daniel Vercaro, foi outra presença no desfile cívico.

Quem também esteve na tribuna de autoridades foi o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O vice-presidente Geraldo Alckmin ficou ao lado do presidente, representando a cúpula do governo. O presidente Lula estava acompanhado da primeira-dama Rosângela Silva e integrantes do governo.

Flávio se compara ao seu pai em “disputa de peito aberto”

Durante ato em São Paulo, senador associa sua imagem à de Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão em ação penal da trama golpista, e menciona riscos à sua segurança

Estadão Conteúdo

O candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, afirmou que eventuais tentativas de interferência no processo eleitoral não terão efeito e disse que seguirá na disputa “de peito aberto”. A declaração foi dada durante o ato de campanha de 7 de Setembro, na Avenida Paulista, em São Paulo.

“Vão tentar uma terceira facada - não apenas em mim, mas também em meus aliados”, disse Flávio, ao mencionar riscos à sua segurança e alegar perseguição política.

No discurso, Flávio comparou sua imagem à do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), hoje inelegível e em prisão domiciliar. “Sei que vocês estão olhando para cá e enxergando outra pessoa parecida comigo: Jair Messias Bolsonaro”. Disse ainda que a camisa que vestia era uma homenagem ao pai.

O candidato lembrou o atentado sofrido por Jair Bolsonaro em Juiz de Fora (MG), há oito anos. Flávio citou que, no ano seguinte, esteve com o então candidato na Santa Casa do mu-

nicípio, enquanto apoiadores se mobilizavam nas ruas.

Flávio também afirmou que houve uma “segunda facada” com as condenações relacionadas ao 8 de janeiro, que classificou como “farsa”. Ele disse que encara como missão a responsabilidade transmitida por Bolsonaro ao filho primogênito e declarou que faz campanha com colete à prova de balas.

O candidato do PL também disse que os eleitores que votam no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também votam no ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF) Alexandre de Moraes.

Lula e Moraes

Flávio atacou Lula e Moraes ao entoar, diversas vezes, os coros “Fora Lula” e “Fora Moraes”, na esteira das revelações de mensagens do ministro com o ex-banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master. O filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro - inelegível e em prisão domiciliar - prometeu o fim da polarização política a partir de janeiro.

Em tom de confronto, Flávio disse que o “consórcio” entre Lula e Moraes “vai

acabar” e acusou o presidente de usar indicações e nomeações para perseguir o bolsonarismo. “Lula indicou dois ministros do Supremo com a missão de perseguir Bolsonaro e seus aliados”, afirmou no palanque.

O candidato ainda afirmou que, caso eleito, pretende fazer novas indicações ao STF e vinculou a promessa à saída de Moraes da Corte. “Vou indicar cinco ministros para o STF porque Alexandre de Moraes cairá”, salientou.

Flávio também listou pautas que pretende defender nas nomeações e

em um eventual governo: ministros contra às drogas, contrários à ideologia de gênero nas escolas, que respeitem a Constituição e não persigam adversários políticos. Disse ainda que vai trabalhar para “resgatar a credibilidade” do Judiciário e “proteger o STF do ministro Alexandre de Moraes”.

Flávio expressou o desejo de vencer a eleição no primeiro turno e convocou apoiadores para garantir a vitória. No entanto, pesquisas de intenção de voto indicam que é praticamente certo um segundo turno entre Flávio Bolsonaro e Lula (PT).

Reprodução / Redes Sociais



Durante ato na Avenida Paulista, Flávio atacou Lula e Moraes ao entoar diversas vezes os coros “Fora Lula” e “Fora Moraes”

Monitor da USP estima 28,5 mil na Paulista

O ato organizado pela campanha do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, reuniu cerca de 28,5 mil pessoas na Avenida Paulista nesta segunda-feira, 7, segundo estimativa do Monitor do Debate Político da Universidade de São Paulo (USP), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), e da organização More in Common. Com margem de erro de

12%, o levantamento indica que havia entre 25,1 mil e 32 mil participantes às 16h32, horário de pico da manifestação, batizada de “Flávio Bolsonaro: Fora Lula, Fora Moraes”.

No Rio de Janeiro, o ato “Augusto Cury: Caminhada da Independência”, promovido pelo candidato do Avante à Presidência, reuniu 1,4 mil pessoas na Praia de Copacabana, conforme estimativa

das mesmas entidades. Considerada a margem de erro de 12%, o público variou entre 1,3 mil e 1,6 mil participantes às 11h30, momento de maior concentração.

Na Paulista, o público estimado foi 32,5% menor que o registrado no ato de 7 de Setembro de 2025, quando 42,2 mil pessoas estiveram no local. Em 2024, a manifestação reuniu 45,4 mil participantes. Já em 2022,

foram contabilizadas 32,7 mil pessoas em São Paulo. Não houve protesto oficial em 2023.

Os pesquisadores fizeram registros do ato de Flávio em três horários: 15h15, 15h44 e 16h32. Para calcular o público no momento de maior concentração, foram selecionadas 12 fotografias tiradas às 16h32. Segundo as entidades, as imagens cobriram toda a

extensão da manifestação sem sobreposição.

A contagem é feita a partir de fotografias aéreas analisadas por um software de inteligência artificial. O método, chamado Point to Point Network (P2PNet), identifica e marca automaticamente a cabeça de cada pessoa presente nas imagens. A metodologia vem sendo utilizada desde agosto de 2022.

POLÍTICA

Renan diz que ascensão de Cury é ‘covardia’ e ‘ciclo de rivotril’

Candidato do Missão promoveu ato pelo 7 de Setembro em frente ao monumento do Obelisco, no Parque Ibirapuera, e criticou eleitores. “As pessoas estão viciadas no erro”

Reprodução / TV Globo

Estadão Conteúdo

O candidato à presidência Renan Santos (Missão) afirmou que o crescimento de Augusto Cury (Avante) nas pesquisas de intenção de voto é a “ascensão da covardia”. Segundo Renan, ao aderirem ao que ele chamou de “discurso vazio” do candidato do Avante, os eleitores seguirão em um “ciclo de Rivotril”.

O candidato do Missão promoveu um ato em celebração ao Sete de Setembro em frente ao monumento do Obelisco, no parque Ibirapuera. “As pessoas estão viciadas no erro”, disse Renan sobre o desempenho de Cury nas pesquisas.

Escritor de livros de autoajuda, Cury apareceu em terceiro lugar na pesquisa Quaest divulgada na semana passada. Com 10% das intenções de voto nos dois cenários avaliados pelo levantamento, ele cresceu oito pontos em relação à rodada anterior da pesquisa. Na pesquisa desta segunda-feira, po-



Segundo Renan, ao aderirem ao que ele chamou de “discurso vazio”, os eleitores seguirão em um “ciclo de Rivotril”

rém, ele recuou para 8%.

A ascensão do candidato também foi registrada pelo levantamento do Datafolha. Com o crescimento nas intenções de voto, Cury despistou concorrentes que se colocavam como alternativas aos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), como o próprio Renan Santos. Apesar do crescimento de Cury, os candidatos do PT e PL seguem polarizando a disputa.

Manifesto

No ato, Renan leu um ma-

nifesto com críticas ao “estado de coisas” que levou à proporção tomada pelo escândalo do Banco Master. O presidente pediu a saída dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Durante o evento, o deputado federal Kim Katagiri (Missão-SP) clamou pela prisão de Moraes e criticou os demais candidatos à Presidência além de Renan por, segundo ele,

não terem a “independência” necessária para reforçar o pedido.

“Tenho certeza que, seja por canalhice, por envolvimento com Vercaro ou o Master ou por covardia, as outras candidaturas não vão se comprometer”, disse Kim.

Além de Moraes, o parlamentar criticou Dias Toffoli, que na semana passada suspendeu a campanha digital de Renan, mas voltou atrás da decisão. “É libertador saber que, se a Polícia Federal me acordar às 6 da manhã, não vai ser porque eu estou trocando

mensagem com o Vercaro, vai ser porque eu estou batendo no Dias Toffoli”, afirmou o deputado federal.

Cury manterá Pix

Augusto Cury disse nesta segunda-feira que, se eleito, manterá o Pix, mas com “algumas adaptações”, sem dar detalhes. O mecanismo de pagamentos brasileiro é alvo de investigação pelo governo norte-americano.

De acordo com o candidato, o Brasil deverá ter, em seu eventual mandato, uma postura pacífica, mas não subserviente. “Nós vamos manter o Pix no meu governo, mas temos que trazer algumas adaptações.”

O candidato participou de uma caminhada curta na Av. Atlântica, em Copacabana, na zona sul do Rio. “Países que tiveram condições de fazer negociação isolada com outros países terão essa liberdade”, acrescentou, sem detalhar. “Eu quero conversar com o Javier Milei e com os presidentes dos países do Brics”, disse. “Por detrás dessa taxação do Trump que está prejudicando as exportações, não apenas do Brasil, mas de quase todo o mundo, há um desespero por solucionar a equação financeira deles.”

STF: Zema diz confiar em Cármen Lúcia

Por outro lado, candidato à presidência pelo Novo volta a criticar Dino e Moraes

Estadão Conteúdo

O candidato à presidência Romeu Zema (Novo) criticou o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira, 7, e afirmou confiar no voto da

ministra Cármen Lúcia, tido como decisivo no desenrolar da crise no Tribunal.

No domingo, 6, Dino criticou quem “promete” encerrar inquéritos por motivo de “tramitação longa”, em uma referência indireta ao presidente da Corte, Edson Fachin, que afirmou na sexta-feira, 4, ser favorável ao fim do inquérito das fake news.

Para Zema, Dino “faz parte da turminha que quer que tudo continue como está”. “É a mesma turminha que nós já conhecemos e estamos vendo do que são capazes de fazer”, disse o presidente, que promove um ato de campanha na avenida Paulista na manhã desta segunda-feira.

Sobre Cármen Lúcia,

Zema afirmou esperar “que a consciência dela fale mais alto do que o espírito corporativista”. “Tenho certeza que ela não vai caminhar nesse sentido. Sei que é uma pessoa do bem.”

O voto de Cármen Lúcia é visto como o fiel da balança no julgamento sobre o prosseguimento das apurações contra os ministros Ale-

xandre de Moraes, alvo de um pedido de investigação de André Mendonça, que é, por sua vez, alvo de um pedido de inquérito protocolado por Moraes.

Zema voltou a dizer que Moraes, a quem chamou de “bandido”, devia estar preso. “O lugar dele é esse”, disse o candidato, que criticou o ministro do STF.

Paranaguá vira referência para novos modelos de concessão de canais portuários

Primeira concessão do tipo no país prevê R\$ 1,23 bilhão em investimentos e é usada como base para discussão sobre outros acessos aquaviários

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A experiência da concessão do canal de acesso aos portos de Paranaguá e Antonina (PR), primeira iniciativa desse tipo no Brasil, foi apresentada pela Infra S.A. como uma das referências para a discussão de novos modelos de gestão da infraestrutura aquaviária do país. O tema foi debatido durante o X Congresso de Direito Marítimo e Portuário da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), realizado entre os dias 25 e 27 de agosto, em Santos (SP).

O contrato paranaense tem prazo de 25 anos e prevê R\$ 1,23 bilhão em investimentos na ampliação, manutenção e gestão do canal. Entre as obrigações estão dragagens permanentes, levantamentos hidrográficos, sinalização e balizamento náutico, monitoramento do tráfego de embarcações e intervenções para ampliar o calado operacional de 13,3 para 15,5 metros.

A concessão foi estruturada como forma de transferir à iniciativa privada a gestão continuada de uma infraestrutura que exige intervenções frequentes para manter as condições de navegação. O contrato foi assinado em março deste ano, após o leilão realizado em 2025, e prevê que o aprofundamento necessário para atingir o calado de 15,5 metros seja executado nos primeiros anos da concessão.

Durante o congresso, o superintendente de Projetos Portuários e Aquaviários da Infra S.A., Fernando Corrêa, afirmou que a experiência de Paranaguá permite avaliar mecanismos que poderão ser considerados em outros complexos portuários, embora as características de cada canal exijam modelagens próprias.

“Paranaguá é uma referência de sucesso”, afirmou Corrêa. Segundo ele, o modelo precisa ser analisado a partir das particularidades de cada porto, incluindo porte, perfil de movimentação, crescimento previsto da demanda e evolução das dimensões dos navios que deverão utilizar a infraestrutura.

A concessão paranaense inclui não apenas a dragagem de aprofundamento, mas também a obrigação de manter as condições de navegação ao longo de todo o período contratual. A concessionária também ficará responsável por levantamentos batimétricos e hidrográficos, derrocagem, sinalização e outros servi-

ços necessários à operação do acesso aquaviário.

O aumento do calado deverá permitir a entrada de embarcações de maior porte nos portos paranaenses. Segundo estimativas divulgadas pela administração portuária, a ampliação de 13,3 para 15,5 metros pode representar capacidade adicional de até mil contêineres ou cerca de 14 mil toneladas de grãos vegetais sólidos por navio.

A modelagem também estabelece metas de desempenho vinculadas à remuneração da concessionária. A tarifa de uso da infraestrutura começou com redução de 12,63%, e a cobrança integral ficará condicionada ao cumprimento do cronograma de melhorias previsto no contrato. A concessionária poderá solicitar recomposição gradual da tarifa à medida que as obrigações forem executadas.

Planejamento

Para a Infra S.A., a discussão sobre concessões de canais deve ir além da contratação

periódica de serviços de dragagem. Corrêa defendeu que os projetos sejam estruturados para assegurar planejamento de longo prazo, continuidade dos investimentos e previsibilidade das condições de acesso aos portos.

“A concessão não se justifica simplesmente pela transferência da gestão do canal ao setor privado. Ela se justifica pela capacidade de resolver problemas concretos de capacidade, nível de serviço, previsibilidade e eficiência do acesso aquaviário”, afirmou.

O modelo de Paranaguá passou a ser observado justamente por combinar, em um único contrato, investimentos de ampliação e a manutenção continuada da infraestrutura. Até então, a dragagem dos principais canais portuários brasileiros era normalmente contratada por períodos determinados, com novas licitações sendo necessárias para ciclos posteriores de manutenção ou aprofundamento.

A adoção da mesma solução em outros portos,

porém, dependerá das condições econômicas e operacionais de cada complexo. O volume de movimentação, a capacidade de geração de receita tarifária, as necessidades futuras de aprofundamento e a demanda por navios maiores estão entre os fatores que precisam ser considerados para avaliar a viabilidade de uma concessão.

No Paraná, o projeto também está inserido em um conjunto mais amplo de investimentos na infraestrutura terrestre e aquaviária do complexo. O aprofundamento do canal busca ampliar a capacidade de atendimento aos fluxos de grãos agrícolas, fertilizantes, contêineres e outras cargas movimentadas por Paranaguá e Antonina.

Para a Infra S.A., a primeira experiência permitirá acompanhar na prática o desempenho do modelo ao longo dos próximos anos e identificar quais componentes poderão ser reproduzidos ou adaptados em futuras concessões de acessos aquaviários no país.

Divulgação



O contrato paranaense tem prazo de 25 anos e prevê R\$ 1,23 bilhão em investimentos na ampliação, manutenção e gestão do canal de acesso aos portos de Paranaguá e Antonina

TRANSPORTES | Portos

Portonave se prepara para ampliar operações com carne para o México

Renovação da autorização da Iceport amplia possibilidades de operação com um dos mercados que mais crescem para a proteína brasileira

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br

A Portonave avançou no processo de habilitação para operar carne bovina destinada ao mercado mexicano após renovar a autorização sanitária da Iceport, câmara frigorífica instalada no terminal portuário de Navegantes (SC). Obtida no final de agosto e válida até 2028, a renovação amplia as possibilidades de armazenamento e expedição de produtos destinados ao México.

A habilitação ainda depende da conclusão das etapas de avaliação pelas autoridades sanitárias do Brasil e do México. O Serviço Nacional de Sanidade, Inocuidade e Qualidade Agroalimentar do México (Senasica) realiza auditorias presenciais nos estabelecimentos interessados em operar produtos destinados ao país.

Após a aprovação, o órgão mexicano comunica oficialmente o Ministério



Divulgação

Obtida no final de agosto e válida até 2028, a renovação da autorização sanitária amplia as possibilidades de armazenamento e expedição de produtos destinados ao México

da Agricultura e Pecuária (Mapa), responsável pelo registro da habilitação no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (Sigsif). A partir da conclusão desse processo, os produtos destinados ao México poderão ser armazenados e expedidos pelo entreposto habilitado.

Segundo a Portonave, não foram necessárias adaptações relevantes na estrutura da Iceport. O processo esteve concentrado na comprovação da conformidade

dos controles já existentes de armazenagem, rastreabilidade e gestão sanitária.

A câmara frigorífica também possui experiência em processos internacionais de inspeção. A estrutura foi utilizada como unidade modelo durante uma missão do Reino Unido relacionada ao Brexit, processo de saída do país da União Europeia (UE).

Alta nas exportações

O avanço na habilitação

ocorre em um momento de forte crescimento das exportações brasileiras de carne bovina para o México. Em 2025, o país importou 118 mil toneladas da proteína brasileira, alta de 156% em relação ao ano anterior. As vendas movimentaram US\$ 645,4 milhões, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

O México foi o segundo maior destino da carne bovina brasileira no ano passado e está entre os mercados que apresentam maior expansão para o produto nacional.

O desempenho acompanha o crescimento das exportações brasileiras de carne bovina. Entre janeiro e julho de 2026, o país exportou 1,97 milhão de toneladas, alta de 9,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A receita chegou a US\$ 11,4 bilhões, recorde para o período.

A ampliação das habilitações internacionais faz parte da estratégia da Portonave de oferecer mais alternativas

aos exportadores que utilizam o terminal catarinense, aumentando a flexibilidade logística e o acesso a diferentes mercados.

Além do México, a Iceport possui habilitações para destinos como África do Sul, Argentina, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, União Euroasiática, Hong Kong, Israel, Japão, Paraguai, Reino Unido, União Europeia e Uruguai.

Em 2025, a Iceport movimentou 284,7 mil toneladas de produtos com temperatura controlada, alta de 12% em relação ao ano anterior. Os embarques de frango representaram 60% desse volume, enquanto os vegetais responderam por 25%. As carnes bovinas corresponderam a 8% e as suínas, a 7%.

O crescimento continuou no primeiro semestre de 2026. Entre janeiro e junho, foram movimentadas 145,7 mil toneladas, também 12% acima do volume registrado no mesmo período de 2025.

TRANSPORTES | Navegação

Canal do Panamá reduz trânsito de navios e limita calado

Medidas entraram em vigor na sexta-feira (4) e reduzem de 36 para 32 o número de embarcações diárias

Da Redação

O Canal do Panamá voltou a impor restrições ao trânsito de navios devido à redução dos níveis dos reservatórios que abastecem o sistema de

eclusas da via interoceânica. As medidas entraram em vigor na última sexta-feira (4) e reduzem gradualmente de 36 para 32 o número de embarcações autorizadas a cruzar o canal por dia.

A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) também reduziu o calado máximo permitido para os navios, de 15,24 metros para 14,63

metros. A medida limita a passagem de embarcações de maior porte ou que estejam operando com maior volume de carga.

A restrição ocorre em meio a um cenário de seca associado ao fenômeno El Niño e representa a segunda vez na história do canal em que medidas desse tipo são adotadas devido à es-

cashez de água.

Com cerca de 80 quilômetros de extensão, o Canal do Panamá é uma das principais rotas do comércio marítimo internacional por conectar os oceanos Atlântico e Pacífico. Cerca de 5% do comércio marítimo mundial passa pela via.

O funcionamento das eclusas depende de água

doce armazenada principalmente nos lagos artificiais de Gatún e Alhajuela. A cada travessia, grandes volumes de água são utilizados para elevar e baixar as embarcações entre o nível do mar e o Lago Gatún.

Segundo projeções citadas pelas autoridades, as condições de seca podem persistir até meados de 2027.



TRANSPORTES | Ferrovias

Plano indígena avança e abre caminho para trecho final da Fico em MT

Documento referente à Terra Indígena Marechal Rondon será analisado pela Funai e integra processo necessário à continuidade de cerca de 80 quilômetros da ferrovia

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) avançou em uma das etapas necessárias à continuidade das obras nos cerca de 80 quilômetros finais do traçado em Mato Grosso. A Infra S.A. protocolou na quinta-feira (3), na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em Brasília, o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) referente à Terra Indígena Marechal Rondon, elaborado com a participação de comunidades Xavante.

O documento estabelece medidas socioambientais relacionadas à implantação da ferrovia e foi validado pelas aldeias antes de ser encaminhado à Funai. Com o protocolo, o plano passa agora pela análise do órgão indigenista e das demais instâncias competentes. A Infra S.A. também apresentou documentação referente a uma proposta de acordo judicial discutida durante as tratativas para permitir o avanço do empreendimento.

A questão indígena é uma das frentes que ainda precisam ser equacionadas para a conclusão integral do trecho da Fico entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT). Além da Terra Indígena Marechal Rondon, existem tratativas relacionadas a outras três terras indígenas abrangidas pelo processo. Segundo a Infra S.A., as negociações continuam para estabelecer as condições



Representantes Xavante acompanharam a cerimônia da entrega do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena, feita pela diretoria da Infra S.A., na sede da Funai, em Brasília

necessárias à execução das obras nesses segmentos.

A Fico é uma das principais obras ferroviárias em andamento no Centro-Oeste e deverá conectar a região produtora de Mato Grosso à Ferrovia Norte-Sul, em Mara Rosa. O trecho atualmente em implantação possui aproximadamente 365 quilômetros e está sendo executado pela Vale como obrigação de investimento vinculada à prorrogação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). A conexão permitirá integrar as cargas originadas em Mato Grosso à malha ferroviária nacional e ampliar as alternativas para o escoamento da produção.

O cronograma regulatório atualizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em julho divide a implantação em duas fases. A primeira, até o km 228,5, tem conclusão prevista para abril de 2027. A segunda, que segue até Água Boa, deve ser concluída em abril de 2028.

O último lote previsto no cronograma compreende o segmento entre os quilômetros 292 e 364,8.

Nesse contexto, a análise do PBA-CI da Terra Indígena Marechal Rondon integra o conjunto de providências ambientais e territoriais necessárias para liberar as frentes restantes da obra. O documento foi produzido ao longo de sete meses, período em que equipes técnicas da Infra S.A. realizaram estudos e reuniões com as comunidades.

O diretor de Empreendimentos da estatal, André Ludolfo, afirmou que a proposta foi construída e aprovada pelas comunidades antes de ser submetida à Funai. Segundo ele, o objetivo é assegurar o cumprimento das medidas acordadas durante a implantação da ferrovia. “Nosso empenho é realizar um trabalho bem feito, com diálogo transparente e dentro da legalidade”, disse.

O superintendente de Gestão Ambiental e Territorial da Infra S.A., Bruno Mar-

ques, destacou o período utilizado para a elaboração do plano e afirmou que o trabalho buscou conciliar o avanço do empreendimento com as exigências relacionadas aos territórios indígenas. “Em apenas sete meses, conseguimos construir o PBA-CI com as lideranças, obter sua validação pelas comunidades e submetê-lo à Funai”, afirmou.

Conciliação

Representantes Xavante participaram da entrega do documento em Brasília. O cacique Joenil Waiaudzé, porta-voz da comitiva da Terra Indígena Marechal Rondon, afirmou que as comunidades buscam conciliar a proteção do território com medidas destinadas ao desenvolvimento das aldeias. “As lideranças estão unidas pelo desenvolvimento da nossa comunidade e pela proteção do nosso território, buscando soluções reais e melhorias por meio de um diálogo transparente”, disse.

O processo também envolveu reuniões realizadas desde terça-feira (1º) na Infra S.A., no Ministério dos Transportes e na Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde. A agenda foi encerrada com a entrega do PBA-CI e da documentação relativa à proposta de acordo à Funai.

A partir de agora, a Infra S.A. deverá acompanhar a avaliação do material e apresentar eventuais esclarecimentos ou complementações solicitados pelos órgãos envolvidos. Paralelamente, prosseguem as tratativas referentes às outras terras indígenas afetadas pelo empreendimento.

A conclusão do trecho entre Mara Rosa e Água Boa é considerada parte da formação do Corredor Ferroviário Leste-Oeste. A Fico foi planejada para conectar áreas produtoras de grãos do Centro-Oeste à Ferrovia Norte-Sul, criando acesso ferroviário tanto em direção aos portos do Norte quanto ao Sudeste.

LOGÍSTICA

Arauco recebe primeiros vagões para levar celulose do MS a Santos

Frota terá 721 vagões e 350 tritrens; ferrovia própria de 47 km ligará fábrica em Inocência à Malha Norte até o porto

VANESSA PIMENTEL
vanessa.imentel@redenews.com.br

O Projeto Sucuriú, da Arauco, começou a receber em agosto os primeiros vagões que serão utilizados na operação da futura maior fábrica de celulose do mundo em linha única, em Inocência, no Mato Grosso do Sul. A chegada dos equipamentos marca mais uma etapa da implantação do complexo, que tem investimento previsto de US\$ 4,6 bilhões.

A estrutura logística do empreendimento contará com 721 vagões ferroviários, destinados ao transporte de celulose, e 350 conjuntos tritrem, que levarão madeira das áreas florestais até a fábrica. A entrega de toda a frota de tritrens está prevista para janeiro de 2027, enquanto os 721 vagões deverão ser entregues até novembro do mesmo ano.

Os vagões foram fabri-

cados no Brasil pela Randon e desenvolvidos especificamente para as necessidades do projeto. Cada unidade tem capacidade bruta de 130 toneladas e pode transportar até 98 toneladas de carga.

O diretor de Logística e Suprimentos da Arauco, Alberto Pagano, explica que a definição pelos modelos dos equipamentos adquiridos e das tecnologias dispo-

nibilizadas levou em conta a segurança das pessoas, do meio ambiente e do patrimônio da companhia. “Ao optar por vagões e tritrens modernos e customizados para as necessidades da Arauco, nós asseguramos a previsibilidade da movimentação de cargas e ampliamos o potencial de produtividade e sustentabilidade das operações”, afirma.

Os vagões possuem sis-

tema de abertura lateral, que permite o carregamento e o descarregamento por ambos os lados, agilizando a operação. Do total adquirido, aproximadamente 55 conjuntos serão incorporados à frota própria da Arauco, enquanto os demais serão cedidos em regime de comodato às empresas parceiras, que serão responsáveis pela disponibilização dos respectivos cavalos mecânicos.

A operação ferroviária será realizada por meio de um ramal próprio de 47 quilômetros, além de outros nove quilômetros de trilhos dentro da área industrial. A linha conectará a fábrica à Malha Norte, permitindo o transporte da celulose por ferrovia até o Porto de Santos (SP), de onde a produção será exportada.

De acordo com a Arauco, o uso dos trilhos deverá retirar cerca de 190 viagens de caminhões por dia das rodovias e reduzir em até 94% as emissões de dióxido de carbono relacionadas ao escoamento da produção.

O Projeto Sucuriú terá capacidade para produzir 3,5 milhões de toneladas de celulose por ano. Durante a implantação, a expectativa é de geração de mais de 14 mil empregos. Após o início da operação, previsto para o fim de 2027, serão cerca de 6 mil postos de trabalho diretos e indiretos.

Ao longo de sua implantação e operação, o empreendimento poderá gerar até 20 mil empregos diretos e indiretos.



O Projeto Sucuriú terá capacidade para produzir 3,5 milhões de toneladas de celulose por ano. Durante a implantação, a expectativa é de geração de mais de 14 mil empregos

Amazon e ID Logistics inauguram centro de distribuição no Paraná

Unidade em São José dos Pinhais tem 24 mil m² e capacidade para processar mais de 700 mil pacotes por semana

Da Redação
redacao.jornal@redenews.com.br

A Amazon e a ID Logistics iniciaram a operação de um novo centro de distribuição em São José dos

Pinhais (PR), primeiro empreendimento conjunto das empresas no estado. A unidade amplia a estrutura logística da varejista na região Sul e permitirá entregas no mesmo dia para clientes do Paraná, além de reduzir prazos em Santa Catarina.

Com 24 mil metros quadrados, o centro tem capacidade inicial para processar mais de 700 mil pa-

cotes por semana. Em períodos de maior demanda, a operação poderá reunir até 900 trabalhadores diretos e indiretos. O funcionamento será contínuo, 24 horas por dia e sete dias por semana.

A instalação também será utilizada por vendedores parceiros do Paraná e de Santa Catarina por meio do programa FBA, no qual a Amazon assume etapas como armazenamento, se-

paração, embalagem e envio dos produtos. A expectativa é agilizar o despacho das mercadorias para outras regiões do país.

A inauguração faz parte da expansão da malha logística da Amazon no Brasil. A companhia afirma ter mais de 300 unidades logísticas no país, sendo mais de 40 na região Sul. O novo centro se soma a outra unidade de distribuição no Rio

Grande do Sul. Segundo a empresa, os investimentos nos três estados da região alcançaram R\$ 1,4 bilhão em 2025.

Para a ID Logistics, a operação marca a entrada na região Sul. A empresa passa a administrar três centros de fulfillment dedicados à Amazon no Brasil, incluindo unidades em Belford Roxo (RJ) e Ribeirão das Neves (MG).

INDÚSTRIA NAVAL

Japão inicia plano bilionário para recuperar capacidade da indústria naval

Primeira rodada de incentivos destina 213,1 bilhões de ienes (US\$ 1,4 bilhão) a grupos de estaleiros; governo quer dobrar produção até 2035

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O governo do Japão anunciou na sexta-feira (4) a aprovação de até 213,1 bilhões de ienes (US\$ 1,4 bilhão) em subsídios para investimentos de três grandes grupos de construção de navios. A medida marca a primeira rodada de apoio do novo fundo de revitalização da indústria naval e integra a estratégia do país para dobrar a capacidade produtiva dos estaleiros até 2035.

Os planos aprovados pelo Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo envolvem oito empresas lideradas por Imabari Shipbuilding, Japan Marine United (JMU) e Namura Shipbuilding. Os recursos serão destinados principalmente à ampliação e modernização das instalações, com investimentos em grandes galpões industriais, guindastes, automação e robôs de soldagem.

O maior volume de apoio foi destinado ao grupo da Imabari Shipbuilding, que reúne também Tadotsu Shipbuilding e Steel Hub e poderá receber até 113,8 bilhões de ienes (US\$ 730 milhões). A Japan Marine United, em conjunto com JMU Amtec e Ariake Steel Center, terá até 49,4 bilhões de ienes (US\$ 316 milhões), enquanto Namura Shipbuilding e Hakodate Dock poderão contar com 49,9 bilhões de ienes (US\$ 319 milhões).



O maior volume foi destinado ao grupo da Imabari Shipbuilding, que reúne também Tadotsu Shipbuilding e Steel Hub e poderá receber até 113,8 bilhões de ienes (US\$ 730 milhões)

Somados aos aportes das próprias companhias, os projetos aprovados deverão mobilizar cerca de 600 bilhões de ienes (US\$3,8 bilhões) ao longo de dez anos. A expectativa é que os investimentos elevem em aproximadamente 50% a capacidade conjunta dos grupos beneficiados nesta primeira etapa.

A iniciativa integra um plano mais amplo do governo japonês para reverter a perda de capacidade da indústria naval. A meta oficial é elevar a produção anual dos atuais cerca de 9 milhões para 18 milhões de toneladas brutas até 2035, com aproximadamente 1 trilhão de ienes (US\$ 6,4 bilhões) em investimentos públicos e privados ao longo da próxima década.

O programa não se limita à ampliação física dos estaleiros. A estratégia inclui formação e retenção de trabalhadores, desenvolvimento de embarca-

ções de nova geração e de baixa emissão, medidas para estimular a demanda e maior cooperação internacional. A modernização também busca responder ao envelhecimento da mão de obra e à dificuldade das empresas em ampliar seus quadros de profissionais especializados.

A automação ocupa posição central nessa estratégia. O governo aposta na instalação de equipamentos mais modernos e no uso de robôs para elevar a produtividade sem depender de aumento proporcional da força de trabalho. O setor também discute maior integração entre os estaleiros e a padronização de projetos de navios, o que permitiria reduzir custos e prazos de construção.

Indústria estratégica

A recuperação da construção naval passou a ser tratada pelo governo japonês

também como questão de segurança econômica. Cerca de 99,6% do comércio exterior do país em volume depende do transporte marítimo, circunstância que aumenta a preocupação com a manutenção de uma base industrial doméstica capaz de atender às necessidades da frota mercante japonesa.

A estratégia também procura aproveitar a transição energética no transporte marítimo para fortalecer os fabricantes locais. Projetos de embarcações movidas por combustíveis de menor emissão, novas tecnologias de propulsão e maior padronização da produção aparecem entre as frentes consideradas capazes de aumentar a competitividade dos estaleiros.

O esforço ocorre após décadas de redução da participação japonesa no mercado mundial de construção naval. O país, que já ocupou posição dominante

no setor, perdeu espaço primeiro para a Coreia do Sul e, mais recentemente, para a China.

Em 2024, os estaleiros japoneses receberam encomendas para exportação de 251 navios, totalizando 11,16 milhões de toneladas brutas, queda de 6,7% em relação ao ano anterior. No mesmo período, foram entregues 203 embarcações, com recuo de 12,4%. A China, por sua vez, concentrou cerca de 70% das novas encomendas mundiais naquele ano, enquanto a participação japonesa ficou próxima de 5%.

Com a primeira liberação de recursos, o governo começa a transformar em investimentos concretos a estratégia de recuperação do setor. Outros projetos apresentados por empresas japonesas ainda deverão ser analisados, abrindo caminho para novas rodadas de apoio à modernização dos estaleiros.

BRASIL EXPORT

Sul Export debate financiamento verde e corredores logísticos sustentáveis

Painel InfraESG reunirá representantes da ANTT, Ministério dos Transportes e setor privado para discutir critérios de sustentabilidade e atração de capital para concessões

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Os critérios de sustentabilidade para projetos de infraestrutura e a atração de capital para concessões rodoviárias estarão entre os destaques do Sul Export 2026, que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR). A programação do primeiro dia terá o painel InfraESG, dedicado ao debate sobre corredores logísticos sustentáveis, financiamento verde e retorno dos investimentos ambientais, sociais e de governança no setor de transportes.

Marcado para as 17h15 do dia 17, o encontro tem

as presenças confirmadas do diretor-presidente da EPR, José Carlos Cassaniga, e da superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Cynthia Ruas.

Um dos focos será a utilização de instrumentos de “financiamento verde” para ampliar as fontes de recursos destinadas aos investimentos em rodovias. O painel deverá abordar os critérios adotados pela ANTT e pelo Ministério dos Transportes para enquadrar projetos como sustentáveis e criar condições para atrair fundos internacionais.

A discussão ocorre em um momento de incorporação crescente de exigências ambientais e climáticas à estruturação dos projetos de infraestrutura. No setor rodoviário, esses parâmetros

podem envolver desde redução de emissões e eficiência energética até resiliência das estruturas, segurança viária e medidas de adaptação a eventos climáticos extremos.

O InfraESG também deverá colocar em debate a participação das concessionárias nesse processo e os resultados econômicos associados aos investimentos em sustentabilidade. A proposta é discutir de que forma essas iniciativas podem ser incorporadas aos contratos sem perder de vista a viabilidade dos projetos e a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Logística do Sul

A agenda ESG integra uma programação voltada aos principais desafios da infraestrutura de transportes da região Sul. O Sul Export co-

meça às 8h30 do dia 17, com credenciamento, seguido da solenidade de abertura às 9h.

Na área aquaviária, um dos painéis tratará dos desafios para o desenvolvimento e a concessão de hidrovias e de serviços portuários. A discussão incluirá experiências de concessões em andamento, modelos capazes de ampliar a participação do capital privado, dragagem, manutenção de calados e resiliência climática.

Outro eixo será a multimodalidade e a conectividade entre os sistemas de transporte. O debate deverá abordar os gargalos da logística transfronteiriça na região de Foz do Iguaçu, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos, além da situação da Malha Sul e da integração entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados.

As demandas dos gran-

des embarcadores também estarão na pauta, com discussões sobre custos logísticos, investimentos em portos, financiamento de projetos e formação de corredores multimodais. O setor naval terá painel específico sobre projetos offshore, cadeia de suprimentos, conteúdo local e sustentabilidade.

A programação técnica do dia 17 ainda inclui um Momento PIANC sobre diretrizes para a energia eólica offshore e sua relação com a NORMAM-303, além do InfraJur, encontro voltado ao Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração.

No dia 18, o fórum terá uma agenda de visitas técnicas. O transporte oficial partirá às 9h15 do Bourbon Thermas Eco Resort, com início das visitas previsto para as 10h e retorno às 16h30.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes: Fabricio Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Thairryne Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos - a confirmar; General Joaquim Silva e Luna, Prefeito de Foz do Iguaçu - a confirmar; Cristiano Della Giustina, Diretor de Planejamento da INFRA S/A; Fabio Silveira Machado, Presidente da Portos RS; Ana Paula Niedzieluk Lisboa, Procuradora Seccional da União no Estado do Paraná; Aline Maicrovicz, Secretária de Transporte e Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Jesualdo Silva, Presidente do Conselho do Sul Export; Gilmara Temóteo, Presidente do Conselho Feminino do Brasil Export; Demais autoridades a confirmar

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para edículas offshore e sinergia com a NORMAM-303

Moderação: Jacqueline Wendpap, Diretora-Executiva do Instituto Praticagem do Brasil Segurança da navegação e marcos regulatórios | Gargalos e adequação da infraestrutura aquaviária | Integração das cadeias de suprimentos do setor e ações para aperfeiçoar a logística de apoio à produção de energia eólica

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Análise das experiências de concessões já em andamento na região Sul | Modelagem de concessões e caminhos para melhorar a atração de capital privado | Boas práticas voltadas a temas como resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção de calados

12h30 Encerramento do período da manhã

14h00 Painel | Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Competitividade dos grandes embarcadores da região e ações para redução dos custos logísticos no Sul | A importância de investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar desabastecimento ou sobrecustos | O papel das entidades de classe para alinhar investimentos privados com planos governamentais ligados à logística, criando corredores multimodais integrados | Financiamento de grandes projetos e atração de capital externo

Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, Sócio da AVREN; Demais participantes a confirmar

15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região | Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País | Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados

Debatedores: Celso Gallegario, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, Presidente da Multilog; Lucas Ataliba, Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Marcelo Mossi Vendramini, Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar

16h00 Coffee break - Oferecimento: EBCO | SEABOX | TECHSCAN

16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Moderação: Núria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil | Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval | Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás

Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, Gerente Geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, Diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit; James Winter, Presidente da Comissão Estadual de Direito Marítimo e Portuário da OAB/SC

17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

“Financiamento verde” e atração de capital para investimentos em rodovias | Critérios da ANTT e do Ministério dos Transportes para classificar projetos como sustentáveis e atrair fundos internacionais | O papel do setor privado e o retorno de investimentos ESG em concessões rodoviárias

Debatedores: José Carlos Cassaniga, Diretor-Presidente da EPR; Cynthia Ruas, Superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT; Cloves Benevides, Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes - a confirmar; Demais participantes a confirmar

18h15 InfraJur - Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração

19h00 Palestra de encerramento

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort

10h00 Visitas

16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

Governo inclui no PAC obra de gasoduto de megaleilão de energia

A iniciativa compreende a ampliação da rede da Transportadora Associada de Gás no Nordeste. Projeto foi incorporado ao programa a pedido do Ministério de Minas e Energia

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O governo incluiu um projeto para construir um novo gasoduto e abastecer usinas termoeletricas vencedoras do megaleilão de energia no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

A iniciativa compreende a ampliação da rede da Transportadora Associada de Gás (TAG) no Nordeste. A obra foi incorporada ao programa em 14 de julho por decisão do Comitê Gestor do PAC, coordenado pela Casa Civil, a pedido do Ministério de Minas e Energia (MME).

Trata-se de um empreendimento 100% privado, executado pela própria empresa sem verbas do Orçamento da União, com investimento estimado em R\$ 1,5 bilhão sob sua integral responsabilidade.

Em março, o governo contratou usinas termoeletricas e hidrelétricas para fornecer potência ao sistema elétrico pelos próximos 15 anos. Conforme mostrou o Estadão, o certame gerou forte polêmica, desencadeou uma disputa bilionária entre gigantes do setor e pode encarecer a conta de luz em mais de R\$ 800 bilhões.

O leilão foi questionado em razão dos preços elevados e da concentração dos contratos em apenas três grupos - BTG, Âmbor e Petrobras.

A disputa chegou a ser

suspensa pela Justiça, mas a decisão foi revertida e o resultado, homologado. As primeiras usinas começaram a operar em agosto, enquanto a Casa dos Ventos, geradora eólica do empresário Mário Araripe, atuou para tentar anular a concorrência.

Críticas

A contratação de usinas termoeletricas - opções mais poluentes e de custo elevado - foi alvo de duras críticas do setor de energias renováveis e de associações de consumidores, sobretudo após o governo deixar de fora do certame as baterias que armazenam energia solar e eólica.

O Executivo argumentou que as térmicas são indispensáveis para garantir a potência do sistema nos momentos de maior demanda e anunciou diretrizes para um leilão exclusivo de baterias, em menor escala.

A escolha gera um impasse, já que uma das diretrizes do Novo PAC é impulsionar a transição energética por meio de fontes limpas. O projeto de infraestrutura de gás, por sua vez, servirá para acionar as usinas contratadas no leilão quando forem requisitadas pelo sistema elétrico. Vale notar que essas usinas são novas e ainda serão construídas.

Prioridade

A inclusão de um empreendimento privado no pacote federal faz com que a gestão pública o trate como prioridade e o classifique como estratégia nacional, mesmo sem o aporte de re-

ursos federais.

Segundo o MME, a chancela do PAC acelera a tramitação burocrática dos processos do projeto. O Executivo ressalta, porém, que a medida não concede benefícios tributários nem dispensa os licenciamentos ambientais exigidos.

“O Projeto Integrado de Expansão da Infraestrutura de Transporte de Gás Natural da TAG foi incluído na carteira do Novo PAC por sua relevância para a segurança energética do País”, afirmou a Casa Civil ao Estadão.

“A inclusão do LRCAP 2026 no Novo PAC não contradiz o objetivo de transição energética. Ela decorre justamente da necessidade de conciliar transição energética com segurança energética. O ponto fundamental é que contratar potência de reserva não significa escolher térmicas em lugar de renováveis.”

Expansão

De acordo com o projeto, a TAG será responsável por conectar à malha integrada as novas termoeletricas vencedoras da disputa e já avaliou a expansão necessária para suprir gás natural na região das usinas. Inicialmente, o MME havia informado que as usinas pertenciam à própria TAG, mas a informação foi corrigida pela empresa.

Ainda segundo a pasta, a obra consiste no aumento da capacidade de transporte da malha entre Alagoas e Ceará, por meio da construção de um novo gasoduto e de estações de compressão, com previsão de conclusão para outubro de 2028.

O objetivo é expandir o suprimento na malha da transportadora em cerca de 7 milhões de metros cúbicos por dia, com foco no atendimento às novas tér-

micas contratadas.

“Considerando que as usinas têm prazo para iniciar a operação, em observância aos prazos estabelecidos nos produtos do leilão, a inclusão do projeto no Novo PAC permite o monitoramento de sua implantação, bem como viabiliza celeridade na tramitação dos processos necessários com os órgãos competentes”, declarou o ministério.

Resposta

Em nota ao Estadão, a TAG informou que o empreendimento está em fase de estudos e atende à demanda das novas unidades no Nordeste.

“A inclusão do empreendimento no Novo PAC atesta sua relevância para o fortalecimento do mercado de gás nacional e segurança energética do País”, declarou a empresa.

André Valentim / Agência Petrobras



Segundo o Ministério de Minas e Energia, a chancela do PAC acelera a tramitação burocrática dos processos do projeto

PETRÓLEO E GÁS

Governo prevê R\$ 22,4 bilhões com leilão do pré-sal

Valor é considerado estratégico para a meta de superávit primário de R\$ 18,6 bilhões em 2027

Da Redação
redacao.jornal@redenews.com.br

O governo federal prevê arrecadar R\$ 22,4 bilhões em 2027 com um leilão extraordinário de áreas do pré-sal, segundo informações que constam no anexo do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso Nacional.

A receita é considerada estratégica para o cumprimento da meta fiscal do próximo ano. A equipe econômica projetou um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões em 2027, equivalente a 0,13% do PIB. Com isso, a arrecadação estimada com o leilão supera o próprio resultado positivo previsto para as contas públicas.

O governo já havia planejado realizar uma operação semelhante em 2026,

com previsão inicial de arrecadar R\$ 31 bilhões. A iniciativa, porém, foi abandonada em maio, quando o governo desistiu de promover o leilão naquele ano.

A operação havia sido autorizada por uma lei apro-

vada em 2025, que permitiu à União alienar direitos e obrigações decorrentes de Acordos de Individualização da Produção (AIPs) em áreas do pré-sal.

Na ocasião, o governo justificou a retirada da re-

ceita do Orçamento após questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o modelo utilizado para a venda de direitos da União no pré-sal. A arrecadação ficou condicionada à implementação

de um modelo considerado adequado para a alienação do óleo.

A previsão de arrecadação com o pré-sal terá papel importante na estratégia do governo para entregar, em 2027, o primeiro superávit primário desde 2022.

Ministros da área econômica têm afirmado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende deixar para o próximo governo, independentemente do resultado das eleições de outubro, um Orçamento equilibrado e sem depender da aprovação de novas medidas pelo Congresso.

Na prática, entretanto, os R\$ 22,4 bilhões previstos com o leilão representam uma parcela decisiva para o resultado fiscal projetado.

Se a previsão se confirmar, a operação do pré-sal será uma das principais fontes extraordinárias de receitas consideradas pelo governo para alcançar o resultado fiscal positivo em 2027.



O governo prevê arrecadar R\$ 22,4 bilhões em 2027 com um leilão extraordinário de áreas do pré-sal, segundo informações que constam no anexo do PLOA enviado ao Congresso

Petróleo sobe com tensão no Oriente Médio

Brent fecha a US\$ 97 com ataques na Arábia Saudita e risco de restrições no Estreito de Ormuz

Estadão Conteúdo

O petróleo fechou em alta nesta segunda-feira (7), após relatos de ataques a instalações da Saudi Aramco em Jizan, no sul da Arábia Saudita, e em meio à escalada de confrontos entre Estados Unidos e Irã

no fim de semana. O avanço, porém, foi limitado pela menor liquidez devido a feriado nos EUA.

Na Intercontinental Exchange (ICE), em Londres, o Brent para março subiu 0,75%, ou US\$ 0,72, a US\$ 97,00 o barril. Já o WTI para março avançava 1,3%, a US\$ 92,68, por volta das 14h30, durante o pregão eletrônico da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Mais cedo, o Brent chegou a US\$ 98,06 por

barril, maior nível desde 3 de junho. Além dos relatos envolvendo instalações sauditas, os preços foram sustentados por novos ataques entre EUA e Irã. Teerã afirmou ter atingido um navio militar norte-americano, informação negada pelas Forças Armadas dos EUA.

Com as cotações próximas de US\$ 100, aumentou a preocupação com uma eventual interrupção mais severa da oferta. Analistas da Kotak Securities

afirmaram que uma redução sustentada dos fluxos físicos poderia levar rapidamente o barril acima desse patamar.

O principal foco de atenção passou a ser o Estreito de Ormuz. A Guarda Revolucionária do Irã alertou para risco de ataque perto de Khasab, em Omã, e reforçou a orientação para que embarcações utilizem um corredor designado por Teerã. Também circularam relatos sobre a criação de uma zona restri-

ta na região.

Dados de monitoramento marítimo indicaram queda de 28% no trânsito pelo estreito na última semana, para 77 navios, enquanto os carregamentos recuaram de 45 para 33. Em Bab el-Mandeb, o movimento aumentou.

No Canal do Panamá, também entrou no radar a possibilidade de restrição do trânsito para 27 embarcações por dia, diante de preocupações com os níveis de água.

Justiça suspende licenças e interrompe operação de mina

Decisão atende a pedido da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, que acusa o empreendimento de fraude nos estudos de impacto ambiental

Estadão Conteúdo

A Justiça Federal em Minas Gerais determinou a suspensão das licenças ambientais e a consequente paralisação das atividades no complexo minerário Grot do Cirilo, operado pela Sigma Mineração S.A. nos municípios de Itinga e Araçuaí, região do Vale do Jequitinhonha.

O juiz federal Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa, da Vara Cível de Teófilo Otoni, atendeu a pedido da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, que acusa o empreendimento de fraude nos estudos de impacto ambiental.

O magistrado estipulou multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento da suspensão das atividades. Ele justificou a medida diante do risco de dano irreversível às comunidades tradicionais.

“O perigo de dano reside no fato de que o complexo de mineração opera de forma contínua,



Divulgação

As atividades no complexo minerário Grot do Cirilo, operado pela Sigma Mineração S.A. na região do Vale do Jequitinhonha, foram paralisadas

extraíndo recursos e promovendo constantes detonações de explosivos e movimentação de terras a poucos quilômetros de distância do território tradicional.”

Em resumo, a federação argumenta que ao menos três comunidades quilombolas – Baú, Genipapo Pintos e Jenipapo II – encontram-se dentro da zona de impacto direto, mas não foram consultadas sobre o empreendimento, etapa obrigatória para a emissão das licenças ambientais.

A atividade minerária no projeto Grot do Cirilo começou em 2023, em

meio aos projetos do chamado Vale do Lítio, como é chamada a região em que é extraído esse tipo de minério fundamental para diversas indústrias, em especial as de eletrônicos e de baterias.

A federação quilombola alega que a Sigma Mineração subestimou a distância da atividade minerária em relação às comunidades tradicionais, de modo a acelerar a obtenção das licenças ambientais por parte dos órgãos ambientais de Minas Gerais.

Em sua defesa, a empresa alega que as comunidades citadas estão fora

do raio de oito quilômetros que obriga a consulta antes da concessão do licenciamento ambiental, conforme dados de georreferenciamento anexados ao processo.

Dados de demarcação

Consultado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apresentou dados de demarcação segundo os quais a Comunidade do Baú, por exemplo, dista apenas 2,3 km da área diretamente afetada, situando-se assim dentro da área de proteção legal.

Pela decisão da Justiça Federal, uma nova perícia deve ocorrer para esclarecer as discrepâncias entre os diferentes dados de georreferenciamento. Enquanto, qualquer atividade minerária deve ser imediatamente interrompida.

O magistrado responsável escreveu que a mineração no local sem a devida consulta às comunidades impactadas “representa uma lesão diária, cumulativa e crônica à integridade física e sociocultural do grupo tradicional, justificando a imediata paralisação corretiva”.

Multa

De acordo com os autos do processo, desde que começou a operação na Grot do Cirilo, a Sigma foi multada em R\$ 2 milhões pelo governo mineiro pelo descumprimento de condicionantes ambientais.

A empresa concordou em assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para corrigir as falhas e continuar a atividade minerária. O juiz Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa, proibiu o governo mineiro de firmar qualquer acordo do tipo, sob pena de R\$ 100 mil de multa.

Finep prorroga prazo de edital

Submissão de propostas à chamada pública voltada à Transformação Mineral pode ser feita até dia 30

Estadão Conteúdo

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) prorrogou até 30 de novembro o prazo para a submissão de propostas à chamada pública voltada à Transformação Mineral, do programa

Finep Mais Inovação Brasil. O edital conta atualmente com R\$ 215 milhões em recursos de subvenção econômica para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O anúncio foi feito pelo diretor de Inovação da Finep, Elias Ramos, durante o evento de apresentação das linhas de crédito disponibilizadas pela instituição

para o setor mineral, realizado quinta-feira, em Salvador.

Além da prorrogação, a Finep pretende ampliar os recursos disponíveis. De acordo com o diretor, a instituição deverá discutir com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) um aporte adicional para atender ao maior número possível de projetos qualifi-

cados.

A decisão ocorre após o Senado Federal aprovar, na última quarta-feira, 2, o Projeto de Lei (PL) 2.780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

A proposta estabelece diretrizes e instrumentos para fomentar a pesquisa, a produção, o beneficiamento e a transformação desses

recursos no Brasil e segue para sanção do presidente Lula.

O edital contempla cinco linhas temáticas: minerais e materiais críticos e estratégicos para transição energética e descarbonização; mineração urbana; ímãs de terras-raras; tecnologias sustentáveis para mineração; e descarbonização da transformação mineral.

COMÉRCIO EXTERIOR

ApexBrasil escolhe Etiópia para instalar primeiro escritório na África

Unidade instalada em Adis Abeba terá atuação regional e busca diversificar as exportações brasileiras, além de aproximar empresas dos mercados africanos

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) inaugurou no último dia 2 seu primeiro escritório permanente no continente africano, em Adis Abeba, capital da Etiópia. A nova unidade terá atuação regional e foi criada para ampliar a presença de empresas brasileiras na África, fortalecer o comércio e os investimentos e aproveitar a posição estratégica do país no leste do continente.

A instalação do escritório ocorre após uma missão empresarial da ApexBrasil à Etiópia, realizada em fevereiro deste ano, e encerra a

agenda da agência por cinco países africanos: Angola, África do Sul, Zâmbia, Moçambique e Etiópia. A proposta é transformar os contatos estabelecidos durante as missões em relações comerciais permanentes.

O internacionalista George Okechukwu Maha, funcionário de carreira da ApexBrasil com experiência no continente africano, será o representante do novo escritório.

Durante a cerimônia de inauguração, o embaixador do Brasil na Etiópia, Jandyr Ferreira dos Santos, afirmou que a presença permanente representa uma mudança na relação econômica entre os dois países. “Missões empresariais são importantes. Visitas de alto nível são essenciais, mas uma presença permanente cria algo diferente: continuidade.

Segundo o diplomata, o objetivo é fazer com que

oportunidades comerciais sejam acompanhadas de forma contínua e possam resultar em projetos, investimentos e empregos.

Apesar do potencial de expansão, o comércio entre Brasil e Etiópia ainda é pequeno diante do tamanho das duas economias. As exportações para o país seguem concentradas principalmente na venda de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, que representam cerca de 97,4%.

A agência identificou, entretanto, 59 oportunidades de exportação para o mercado etíope. Entre os segmentos com potencial estão máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos, materiais de construção, alimentos e bens manufaturados. Também há um projeto setorial voltado ao etanol produzido a partir da cana-de-açúcar.

A intenção da ApexBrasil é justamente ampliar essa pauta e levar empresas brasileiras para segmentos de maior valor agregado.

Com cerca de 135 milhões de habitantes, a Etiópia é o segundo país mais populoso da África. O mercado local apresenta oportunidades em áreas como agricultura, energia, manufatura, mineração, tecnologia e infraestrutura.

Além do mercado interno, a localização foi um dos principais fatores considerados para a escolha da Etiópia. Adis Abeba é um importante hub de aviação do continente e possui ligação aérea direta com São Paulo operada pela Ethiopian Airlines.

A capital também foi escolhida pela proximidade com estruturas de integração continental. A Etiópia é apresentada pela ApexBrasil como uma porta de entrada

para a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), que reúne mercados de todo o continente.

Prioridades

A aproximação com a Etiópia também envolve setores nos quais o Brasil possui experiência, especialmente agricultura e produção de alimentos.

O comissário da Comissão de Investimentos da Etiópia, Zeleke Temesgen, citou como áreas prioritárias o agronegócio, a produção de café, sementes oleaginosas, pecuária e manufatura. Também estão entre os setores de interesse a indústria têxtil, vestuário, couro e bens de consumo.

A agenda inclui ainda possibilidades de cooperação em bioenergia, energia solar, tecnologias limpas, logística, transporte e infraestrutura.

A Embrapa já mantém presença institucional em Adis Abeba, assim como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Com a chegada da ApexBrasil, o país passa a contar na capital etíope com estruturas brasileiras voltadas à promoção comercial, pesquisa agrícola e cooperação para o desenvolvimento.

Para o embaixador Jandyr Ferreira dos Santos, o desafio agora é transformar essa proximidade em negócios. “A diplomacia pode criar oportunidades, governos podem estabelecer arcabouços e acordos podem aproximar nossos países, mas se quisermos construir uma relação econômica verdadeiramente madura, nossas empresas, investidores e empreendedores também precisam se aproximar”, afirmou.



Divulgação

A instalação do escritório ocorre após uma missão empresarial da ApexBrasil à Etiópia, realizada em fevereiro deste ano, e encerra a agenda da agência por cinco países africanos

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CLARA LAFACE

Consultora em posicionamento e gestão de marca pessoal e em comunicação interna corporativa. Docente.

opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

Ter valor não basta. Ele precisa chegar ao mercado

Uma das pílulas mais amargas da vida profissional é perceber que fazer um ótimo trabalho, por si só, não garante reconhecimento. Você acumula experiência, bate as metas e constrói uma trajetória super sólida. Faz tudo exatamente como mandava a cartilha. Até que, do nada, vê gente com muito menos bagagem ocupando as cadeiras que pareciam ser o próximo passo natural da sua própria carreira.

A nossa primeira reação é quase sempre procurar o defeito em nós mesmos. Será que falta mais um curso? Uma pós-graduação? Pegar um projeto extra ou simplesmente virar mais algumas noites no escritório? A verdade é que, na maioria das vezes, não falta nada. O que acontece é que você já acumulou um valor imenso, só que ele não está conseguindo atravessar a ponte e chegar aonde deveria.

Outro dia, acompanhando uma discussão sobre a infraestrutura brasileira, fiz uma conexão imediata com isso. O CEO da DP World no Brasil, Fábio Siccherino, comentou que o país precisaria quase dobrar os investimentos no setor para criar corredores comerciais eficientes. O dinheiro até está chegando aos portos, mas a eficiência bate no teto porque as rodovias, ferrovias e os acessos terrestres simplesmente não acompanham o ritmo.

Pense num porto supermoderno, pronto para escoar volumes gigantescos e conectado às grandes rotas globais. Do outro lado, tem um mercado ávido para comprar. Mas, no meio do caminho, existem lacunas e gargalos que travam tudo. A capacidade está toda lá, mas o potencial morre na praia.

É exatamente isso que acontece com muita gente no mercado de trabalho. Vemos profissionais brilhantes e superpreparados vivendo muito abaixo do próprio potencial. São pessoas que viraram referência absoluta para quem se senta ao lado delas, mas que são ilustres desconhecidas da porta do escritório para fora. Executivos que carregaram empresas nas costas, lideraram viradas de chave, superaram crises, mas nunca construíram para os seus próprios nomes a mesma força que deram de presente aos CNPJs por onde passaram.

Vamos ser francos: quando surge uma vaga estratégica, o mercado não banca o detetive para investigar quem é o melhor profissional escondido por aí. Ele trabalha com quem ele conhece, lembra e recebe por indicação. E é aí que muita gente descobre, às vezes tarde demais, que competência e reconhecimento não andam, necessariamente, de mãos dadas.

Entenda, isso não diminui em nada a importância de ser bom no que você faz. O erro fatal é achar que o talento, por gravidade, vai encontrar o seu caminho até o topo. Não vai. Assim como uma carga de soja não chega ao navio só porque a safra foi boa, uma trajetória não vira reputação de mercado só porque você trabalhou direito.

Entre ser bom e ser reconhecido, existe uma infraestrutura. Falando de carreira, essa “rodovia” é pavimentada pelas relações que você nutre, pelas pessoas que conhecem seu trabalho de perto, pelas mesas onde você

se senta, pelas ideias que têm a sua assinatura e pela sua habilidade de explicar, com todas as letras, a dor que você resolve e o valor que entrega.

Com as marcas acontece o mesmo. Tem empresa que passa anos aperfeiçoando um produto, só para descobrir que o cliente não vê diferença nenhuma entre ela e o concorrente. Outras gastam rios de dinheiro em marketing, mas entregam uma experiência que é o oposto do que prometeram. O valor até existe ali dentro, mas evapora no trajeto até o consumidor.

Se você é profissional e quer mudar esse jogo, o primeiro passo é parar de se perguntar obsessivamente “o que mais eu preciso aprender?”. Troque por outra pergunta: quanto do que eu já construí é enxergado fora da bolha de quem convive comigo? A resposta costuma doer, mas liberta. Especialmente para quem passou a vida inteira jurando que o trabalho falaria por si só.

Feito isso, é hora de mapear os gargalos. Será falta de visibilidade? Ou talvez você até seja conhecido, mas ninguém sabe muito bem em qual caixinha te colocar? Quem sabe as pessoas saibam o que você faz, mas faltam provas concretas do seu resultado? Ou ainda, sua reputação é impecável, mas restrita a uma turminha pequena demais para o salto que você quer dar agora.

A manutenção muda de acordo com o problema. Para uns, é preciso fazer mais networking. Para outros, é empacotar melhor os resultados que já alcançaram e colocá-los na vitrine. Tem gente que só precisa começar a frequentar novos ambientes. E tem quem precise, urgentemente, aprender a contar a própria história de um jeito atrativo, sem cruzar a linha chata da arrogância.

Para as empresas, a lição de casa é muito parecida. Antes de dobrar a verba de anúncios, vá procurar onde o encanto está quebrando. A promessa do marketing reflete o que o cliente vive na ponta? O atendimento tem o mesmo tom de voz da campanha? A liderança respira os valores da marca? Não adianta pintar a fachada se a estrutura de dentro não se conversa. Precisamos criar rotas desimpedidas para o valor que já temos dentro de casa.

É duro demais olhar para trás, depois de vinte ou trinta anos de trabalho árduo, e perceber que a maior parte da sua genialidade ficou escondida em salas de reunião, restrita a meia dúzia de pessoas que tiveram a sorte de te ver em ação. Competência é o seu maior patrimônio profissional. Mas dinheiro debaixo do colchão não rende; patrimônio que não circula, não trabalha a seu favor.

Um porto de primeiro mundo não salva, sozinho, uma logística capenga. Da mesma forma, não basta suar a camisa a vida inteira construindo o seu valor e esperar que o universo o leve até as oportunidades.

E então, me responda: os caminhos que levam o seu valor até o mercado estão fluindo ou precisam de reforma? Como você enxerga que o seu próprio “gargalo logístico” profissional está impactando os seus próximos passos na carreira?

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

UM PORTO DE PRIMEIRO MUNDO NÃO SALVA, SOZINHO, UMA LOGÍSTICA CAPENGA. DA MESMA FORMA, NÃO BASTA SUAR A CAMISA A VIDA INTEIRA CONSTRUINDO O SEU VALOR E ESPERAR QUE O UNIVERSO O LEVE ATÉ AS OPORTUNIDADES

JUSTIÇA

Relatório usado por Moraes contra Mendonça não segue parâmetros

Segundo nota da Intelis, o conteúdo divulgado na mídia não apresenta características compatíveis com o estabelecido pela Doutrina da Atividade de Inteligência

Luiz Silveira / STF

Estadão Conteúdo

De acordo com a Intelis, “o conteúdo divulgado na mídia não apresenta características compatíveis com os parâmetros metodológicos estabelecidos pela Doutrina da Atividade de Inteligência, documento público que orienta a produção de conhecimentos no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência.”

A associação pontua que a doutrina estabelece uma Metodologia de Produção do Conhecimento (MPC), com procedimentos rigorosos de coleta, avaliação, análise, validação e difusão das informações, destinados a assegurar objetividade, consistência e impessoalidade ao produto final. “Não se trata, portanto, de mera reunião de informações, conjecturas ou opiniões”, diz a nota.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, retirou o pedido de Moraes do inquérito das fake news e pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e de Mendonça. O caso desencadeou uma crise sem precedentes na Corte.

Como deveria ser

Para os profissionais da Abin, um relatório de inteligência deve trazer análise de fatos, situações, ameaças,



Para acusar André Mendonça de três crimes, Alexandre de Moraes usou o relatório das fake news

O relatório usado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para pedir uma investigação contra o ministro André Mendonça não seguiu parâmetros metodológicos da atividade de inteligência, segundo nota da Intelis, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Com base em um documento de inteligência da Polícia Federal, Moraes usou o relatório das fake news e acusou Mendonça de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade.

O pedido foi feito após a decisão que expôs os diálogos do banqueiro Daniel Vercaro com o próprio Moraes, revelados pelo Estadão. O relatório interno da Polícia Federal usado por Moraes não tem “valor probatório”, como expôs o próprio documento.

riscos e cenários relevantes, oferecendo conhecimento qualificado ao tomador de decisão.

“Não é instrumento destinado à substituição de procedimentos investigativos ou à formação de elementos de autoria e materialidade próprios da persecução penal, atividade submetida às garantias processuais específicas.”

O documento usado por Moraes não tem cabeçalho oficial da PF nem é assinado por nenhum delegado. O relatório cita relatos anônimos dizendo que André Men-

donça tentou interferir indevidamente no andamento de acordos de delação premiada da PF. Aponta, também sem identificar a fonte, que o ministro disse não confiar na atuação do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, ou do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Limites

Para a Intelis, falta uma legislação para regular os limites e as características da atividade de inteligência. A organização defende a análise do Projeto de Lei nº 6423,

de 2025, em tramitação no Senado, que estabelece diretrizes e regras para as atividades de inteligência no Brasil, regulamenta o acesso a dados, o uso de técnicas sigilosas e a proteção dos profissionais de inteligência.

“O estabelecimento de limites claros não enfraquece a Inteligência. Ao contrário, fortalece sua legitimidade e assegura que sua atuação permaneça vinculada ao interesse público, ao Estado Democrático de Direito e à defesa dos interesses nacionais”, diz a associação.

Fachin espera argumentos para tomar decisão

Agência Brasil

Supremo, para decidir se leva a crise dos dois para julgamento no plenário, em sessão aberta ou fechada.

A crise ganhou, na última semana, gravidade sem precedentes na história recente do STF, com a divulgação recíproca de relatórios comprometedores e pedidos mútuos de investigações.

No desdobramento mais

recente, Mendonça liberou para julgamento em plenário o relatório da Polícia Federal (PF) que indica relação de proximidade entre Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vercaro, antigo dono do Banco Master e suspeito de praticar fraudes financeiras bilionárias e corromper autoridades públicas.

Antes de decidir, porém, Fachin deve aguardar até

a próxima sexta-feira (11), quando vence o prazo de cinco dias que deu para que Moraes e Mendonça se manifestem.

Como alternativa, é possível que o presidente do Supremo convoque uma reunião reservada em seu gabinete para que todos os ministros decidam como conduzir a crise interna.

Essa foi a solução dada

quando veio à tona uma suposta ligação entre Vercaro e o ministro Dias Toffoli, em fevereiro deste ano. Na ocasião, a relatoria do caso Master foi transferida de Toffoli para Mendonça.

A diferença da crise atual é que Fachin decidiu concentrar em um processo próprio, de sua relatoria, os documentos e pedidos referentes ao caso.

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), aguarda as explicações dos ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes, também do

INTERNACIONAL

UE reage às ameaças de Trump e anuncia ajuda para a Groenlândia

Após presidente dos EUA falar repetidas vezes em assumir o controle da ilha, União Europeia oferece 200 milhões de euros ao território para mostrar apoio e buscar melhorias

Estadão Conteúdo

A União Europeia buscou, nesta segunda-feira, 7, tranquilizar uma Groenlândia apreensiva com a promessa de uma parceria mais forte e centenas de milhões de euros em investimentos, após repetidas ameaças do presidente dos EUA, Donald Trump, de assumir o controle da ilha.

Durante uma visita à capital, Nuuk, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ofereceu € 200 milhões em apoio durante os próximos dois anos para ajudar o país a combater as mudanças climáticas, reforçar as conexões de internet e melhorar usinas hidrelétricas, a pesca e a educação.

O bloco aumentou seu foco na Groenlândia desde que Trump começou a insistir que os Estados Unidos deveriam assumir o controle da ilha por razões de segurança. Suas declarações persistentes geraram preocupações sobre a soberania, provocando resistência de

líderes groenlandeses e dinamarqueses e aumentando as tensões entre os aliados da Otan.

“O futuro da Groenlândia cabe ao povo da Groenlândia e da Dinamarca decidir. Mais ninguém”, disse Ursula von der Leyen. “Integridade territorial, soberania, inviolabilidade de fronteiras. Estes são princípios fundamentais do direito internacional.”

Os recursos também destinam-se a melhorias na habitação, apoio a pequenas empresas e turismo sustentável. Ursula Von der Leyen também afirmou que deseja dobrar o apoio orçamentário do bloco à Groenlândia para cerca de meio bilhão de euros a partir de 2028. “A Groenlândia pode contar com a União Europeia”, disse ela, após assinar uma declaração entre a União Europeia e a Groenlândia com o primeiro-ministro da região, Jens-Frederik Nielsen, e a primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen. A Groenlândia é um território semiautônomo da Dinamarca, aliada da Otan.

Nielsen descreveu o bloco de 27 nações da União Europeia como “um amigo leal e de confiança”, notadamente em um momento em que a ilha enfrenta “novos desafios que não podemos enfrentar sozinhos”. “Nestes tempos desafiadores, o

seu apoio para conosco é inabalável”, disse ele. “Vocês estiveram ao nosso lado e continuam ao nosso lado. Sentimos isso e somos profundamente gratos.”

Resistência

O governo Trump também pressionou a Dinamarca. “Estivemos sob pressão”, disse Frederiksen a jornalistas. “Ficou muito claro, e estamos muito gratos pelo grande apoio que recebemos de nossos parceiros europeus e, aliás, também globalmente.”

A Dinamarca e sete de seus aliados europeus enviaram um pequeno grupo de militares à ilha em janeiro, publicamente para exercícios militares focados no fortalecimento da segurança no Ártico, mas com a intenção de demonstrar apoio à soberania da Groenlândia.

Em resposta, Trump ameaçou impor novas tarifas sobre todos eles: Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido. Eles condenaram a medida por minar as relações transatlânticas, e Trump acabou

recuando depois que a Otan concordou em reforçar a segurança na região do Ártico.

A visita da presidente da Comissão Europeia ocorre no momento em que 11 países da Otan iniciaram exercícios militares na Groenlândia nesta segunda-feira, envolvendo cerca de 400 militares, incluindo tropas de forças especiais do Canadá, da Dinamarca e da Finlândia treinadas para operar em condições árticas. Nenhuma tropa dos Estados Unidos está participando dos exercícios Arctic Shield, realizados de 7 a 18 de setembro.

Reprodução / Redes Sociais



A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, defende a integridade territorial, a soberania e a inviolabilidade de fronteiras da Groenlândia

Irã eleva o tom contra a Coreia do Sul

País vai encarar como “cumplicidade aos EUA” qualquer ação militar coreana no Estreito de Ormuz

Estadão Conteúdo

O Irã elevou o tom contra a possibilidade de a Coreia do Sul assumir algum papel militar no Estreito de Or-

muz, corredor estratégico no Golfo Pérsico, ao afirmar que qualquer país que se instale na região ou participe de operações poderá ser visto como apoiador direto dos Estados Unidos no atual conflito.

Em publicação no X, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores irania-

no, Esmail Baghaei, destacou que a relação entre Teerã e Seul tem “mais de 64 anos” e que os vínculos bilaterais se desenvolveram com base no “respeito mútuo”.

Em seguida, porém, fez um alerta: na conjuntura em que, segundo ele, o povo iraniano estaria se

defendendo de “atos agressivos de invasão” dos EUA e respondendo a “crimes de guerra” contra mulheres e crianças, a presença militar de terceiros em Ormuz seria interpretada como cumplicidade. “Qualquer outro país” que se posicione militarmente no Golfo Pérsico e no estreito, ou que participe

de ações no local, “inevitavelmente” estará apoiando diretamente as partes responsáveis, afirmou, citando “consequências graves”.

A declaração ocorre após a presidência sul-coreana indicar, na sexta-feira, que avalia contribuir para garantir a segurança da navegação em Ormuz.